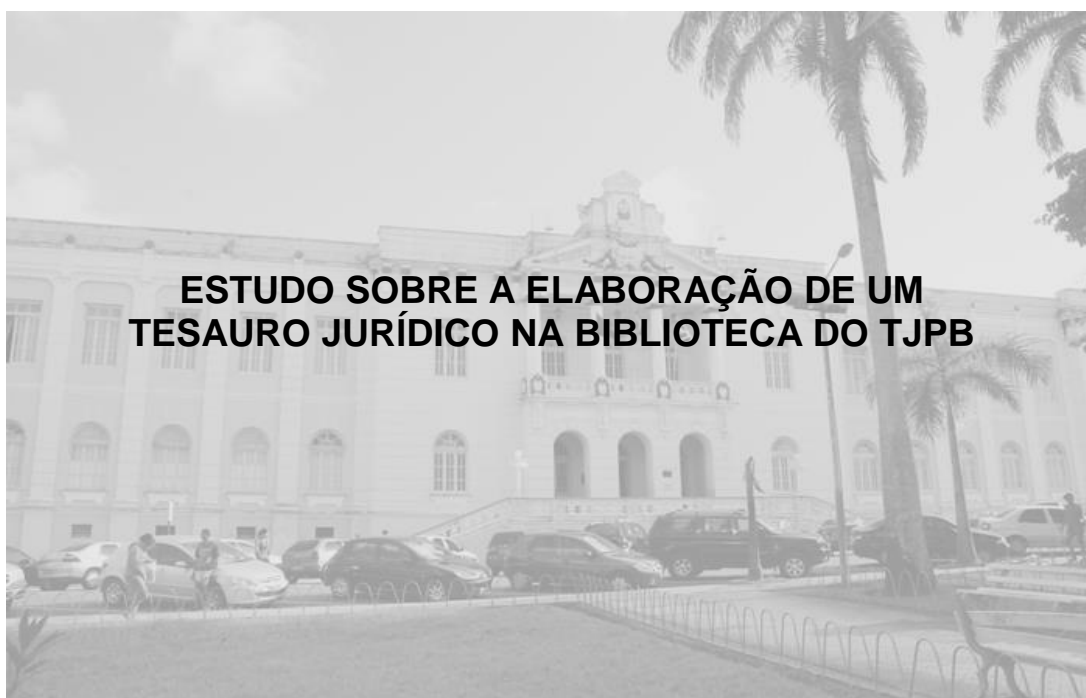


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

GENILDO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO



João Pessoa/PB  
2013

GENILDO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO

**ESTUDO SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM  
TESAURO JURÍDICO NA BIBLIOTECA DO TJPB**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientador:** Prof. Ms. Márcio Bezerra da Silva

João Pessoa/PB  
2013

## FICHA CATALOGRÁFICA

F478e

Filho, Genildo Batista de Oliveira

Estudo sobre a elaboração de um *tesauro jurídico* na biblioteca do TJPB / Genildo Batista de Oliveira Filho. – João Pessoa: UFPB, 2013.

58f.

Orientador: Ms Márcio Bezerra da Silva

Monografia de Graduação em Biblioteconomia, apresentada ao Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial necessário para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

1. Tesouros. 2. Representação da informação. 3. Representação temática da informação. I. Título.

CDU: 025.43

GENILDO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO

**ESTUDO SOBRE A PROPOSIÇÃO E ELABORAÇÃO DE UM  
TESAURO JURÍDICO: o caso da Biblioteca do TJPB**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientador:** Prof. Ms. Márcio Bezerra da Silva

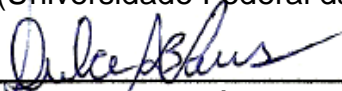
APROVADO EM 25 / março / 2013

**BANCA EXAMINADORA**



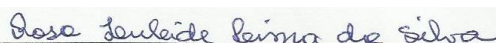
---

Professor Ms. Márcio Bezerra da Silva  
Orientador (Universidade Federal da Paraíba)



---

Professora Dra. Dulce Amélia de Brito Neves  
Membro (Universidade Federal da Paraíba)



---

Professora Ms. Rosa Zuleide Lima de Brito  
Membro (Universidade Federal da Paraíba)

**Dedico este trabalho a Deus,  
a minha família e meus  
amigos por acreditarem na  
minha potencialidade.**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por me oportunizar viver no lugar e momento certo com tudo o que preciso para ser feliz.

Segundo, a minha família. A meu pai Genildo Batista de Oliveira, por ter conhecido a minha mãe e juntos me geraram. A minha querida mãe Nair de Fátima Silva de Oliveira, por todo o exemplo de integridade e respeito, por toda a liberdade e amor, além do apoio incondicional às minhas escolhas. Aos meus irmãos Genilson Batista, Francenilda Freire e Jefferson Freire, por toda a compreensão, força, admiração e carinho que sempre me dedicaram. A Ana Maria, mãe das minhas filhas Gabriela Batista e Alice Batista, a Ana Paula, mãe do meu filho Gabriel Batista, por todos serem herdeiros das minhas conquistas e fazerem parte da minha vida.

Ao orientador: Prof. Ms. Márcio Bezerra da Silva pela figura exemplar de professor e de pesquisador, por seu dinamismo, seus ensinamentos, suas orientações, acompanhamento e contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

A professora Dra. Dulce Amélia de Brito e a professora Ms. Neves Rosa Zuleide Lima de Brito pelo apoio e por terem aceitado ser parte da banca

A minha amiga Anaize Anália que esteve comigo durante os semestres finais do curso.

Aos meus amigos Breno Eduardo, Rogério Ferreira, Patrícia Duarte, Samira Lins e Andrea Moreira, por toda a disposição em me ajudar durante todo o curso.

Aos funcionários da coordenação do curso de Biblioteconomia, e aos professores que contribuíram para o meu crescimento intelectual, com paciência, ternura, bondade, exigência adequada e carisma, ao longo do curso.

Aos bibliotecários Patrício da Silva e Eliete Lisboa, funcionários da biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes do Tribunal de Justiça da Paraíba, por todo o apoio e encorajamento.

Aos meus companheiros de trabalho no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Ricardo Agra, Nadja Dolores, Antônio de Oliveira e Iza Lacet, pelo apoio e amizade.

Assim, ficam os meus eternos agradecimentos!

***“Você não sabe o quanto eu  
caminhei, pra chegar até aqui  
percorri, milhas e milhas  
antes de dormir”...***  
***(Toni Garrido / Lazão / Da  
Gama / Bino – A estrada)***

## RESUMO

Apresenta uma proposta de construção de um *Tesouro Jurídico* a Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) *como ferramenta de recuperação de informação a auxiliar os usuários em suas buscas. Debate os assuntos* Biblioteca, Representação da Informação, Representação Temática da Informação, Indexação Pós-Coordenada e Tesouro com fins de atingir o *objetivo de propositar um Tesouro Jurídico* à Biblioteca do TJPB como instrumento de recuperação de Informação. Adota como percurso metodológico o estudo de caso, a técnica de pesquisa bibliográfica e a abordagem de coleta de dados qualitativa que permitiu alcançar como resultado da pesquisa um *Tesouro Jurídico* monolíngue, macrotesouro, monodisciplinar e de linguagem natural. Conclui-se sugerindo que a criação do *Tesouro Jurídico* da Biblioteca Osias Nacre do TJPB seja uma medida permanente como meio de ampliar a qualidade de recuperação da informação, e com isso, atender de forma competente as necessidades de informação de seus usuários. Espera-se que ao realizar tal ação, a biblioteca se firmará e se consolidará como um instrumento de apoio informacional e de tomada de decisão no contexto do TJPB.

**Palavras-Chave:** Tesouro. Tesouro Jurídico. Representação Temática da Informação. Indexação Pós-Coordenada.



## ABSTRACT

Presents a proposal for construction of a Library's Justice Thesaurus of the Court of Justice of the State of Paraíba (CJSB) as a tool for information retrieval to assist the users in their searches. Discusses issues Library, Information Representation, Thematic Representation of Information, Post-coordinate indexing and thesaurus for to purpose of achieving the objective of one purporting to Library's Justice Thesaurus of CJSB as a tool for information retrieval. Adopts the methodological approach the case study, the technique of literature and the approach of qualitative data collection that achieved as a result of research a monolingual Justice Thesaurus macrotesauro, monodisciplinary and natural language. We conclude by suggesting that the creation of the Library's Justice Thesaurus Osias Nacre of TJPB is a permanent measure as a means of increasing the quality of information retrieval, and thus, competently meet the information needs of its users. Is expected to perform such an action, the library will be established and will be consolidated as a tool to support informational and decision-making in the context of CJSB.

**Keywords:** Thesaurus. Justice Thesaurus. Thematic Representation Information. Post-coordinate indexing.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Etapas da indexação	24
<b>Figura 2</b>	Abreviaturas e Símbolos	29
<b>Figura 3</b>	Exemplo de sistema unitermo	34
<b>Figura 4</b>	Fachada do TJPB	38
<b>Figura 5</b>	Sala de leitura com computadores disponíveis	39
<b>Figura 6</b>	Estantes deslizantes e sinalizadas	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AALL	Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CC	Ciência da Computação
CI	Ciência da Informação
ISO	International Organization for Standardization
LD	Linguagem Documentária
LN	Linguagem Natural
NISO	National Information Standards Organization
RC	Representação do Conhecimento
RI	Representação da Informação
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TE	Termo Específico
TG	Termo Geral
TR	Termo Relacionado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
USE	Use
UP	Usado para

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	14
2.1 GERAL.....	14
2.2 ESPECÍFICOS.....	14
<b>3 BIBLIOTECA: unidade de informação</b> .....	15
<b>4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO</b> .....	19
<b>5 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO</b> .....	23
<b>6 INDEXAÇÃO PÓS-COORDENADA</b> .....	26
<b>7 TESAURO: uma linguagem especializada</b> .....	30
7.1 SISTEMA NOCIONAL.....	33
<b>8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	36
8.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	36
8.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	38
8.3 ETAPAS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	41
<b>9 PROPOSTA E DESENVOLVIMENTO: <i>Tesouro Jurídico do TJPB</i></b> .....	43
<b>10 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56

## 1 INTRODUÇÃO

Ao falarmos de informação, compreendemos que não estaria incorreto dizer ela faz parte das nossas vidas desde a Antiguidade, com as tábuas de argila, pergaminhos e o papiro, os quais eram os suportes que a armazenavam a partir dos escribas, grandes guardiães e produtores das informações que circulavam nos castelos e palácios da antiguidade. Tempos depois, com a nova visão e atuação das formas de armazenamento da informação, especialmente permitindo a sua disseminação, na transição dos anos 40 e 50, surge a Ciência da Informação (CI), permeada pelas suas áreas (cursos) de atuação: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, além de outras mais recentes, como Gestão da Informação.

A informação pode ser levada em conta como produto que tem custo significativo e valioso. Nesse contexto, presente nas áreas supracitadas, Vieira (1988, p. 83) defende que:

[...] a informação é considerada como um produto tão valioso quanto os recursos minerais e energéticos em um país. Para se medir o desenvolvimento de uma nação, basta verificar a quantidade de informações que seus habitantes geram e consomem.

O baixo acesso as informações geradas no país não depende somente do usuário, dos seus conhecimentos prévios, mas também e, às vezes, principalmente, dos sistemas que manipulam essas informações, apresentando interfaces e modelos de representação incompreensíveis ao seu público. Uma adequada representação da informação é requisito fundamental para que um sistema de informações possibilite aos seus usuários que encontrem o que buscam, com o mínimo de gasto de tempo possível, condição cada vez mais exigida atualmente.

Dentre os tipos de representação estão os inseridos na chamada *Representação Temática da Informação*, ação que atua com a presença da subjetividade do profissional da informação. Para que seja eficiente, ela depende de uma série de fatores, como por exemplo, a experiência do profissional, como o bibliotecário, e o seu conhecimento sobre o assunto analisado. Para tentar reduzir um pouco essa subjetividade e com vistas à padronização na representação dos assuntos, foram criadas as linguagens documentárias como os tesouros,

considerado um instrumento que reúne termos escolhidos a partir de uma estrutura conceitual previamente estabelecida e destinados à recuperação de documentos e informações em uma área específica do conhecimento. Seu arranjo está ligado à ideia expressa pelos termos nele dispostos e às relações possíveis entre os mesmos.

Sabe-se que um bom instrumento de representação da informação em muito contribui para que um Sistema de Recuperação da Informação (SRI) seja mais eficaz, embora haja outros fatores envolvidos. E este conceito de eficácia envolve a busca de índices nulos ou perfeitamente aceitáveis de silêncio e de ruído na recuperação de informações, colaborando, conseqüentemente, para que o usuário encontre o que procura. Panorama este que encontramos na Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), pois, no trabalho do dia a dia, percebemos a necessidade de criar um mecanismo de recuperação da informação para atender, satisfatoriamente, as necessidades de seus usuários de maneira ágil, dinâmica e flexível, justificando o nosso interesse em discutir essa temática neste trabalho. Esta seria uma forma de atrair ainda mais os usuários que, por vezes, pela ausência de um mecanismo eficiente de recuperação, desistem facilmente de suas buscas.

Em vista disso, será proposta a elaboração de um Tesouro Jurídico na Biblioteca do TJPB, entretanto, para esta ação, surgiu à nossa pergunta norteadora: *De que maneira será a elaboração do Tesouro Jurídico na Biblioteca do TJPB como ferramenta de recuperação de informação a auxiliar os usuários em suas buscas?*

Toda pesquisa passa pelo processo de elaboração da fundamentação teórica, constituída por ações/etapas. Diante disso, fundamentação teórica são os principais conceitos teóricos necessários ao desenvolvimento de um trabalho, é o suporte teórico para os estudos, análise e reflexões, sobre os dados e/ou informações coletadas. Segundo Sampieri (2006), na fundamentação teórica devemos revisar a literatura; fazer levantamento bibliográfico; buscar material e consultá-los para elaborar e definir conceitos de teoria; como também definir e conceituar temas e ou assuntos relacionados ao seu objeto de pesquisa.

O trabalho tem em sua estrutura a fundamentação teórica, constituída de discussões sobre Biblioteca, Representação da Informação, Representação Temática da Informação, Indexação Pós-Coordenada e Tesouro; em seguida apresentamos os procedimentos metodológicos; na sequência temos a proposição de um *Tesouro Jurídico*; e, por fim, exibimos as considerações finais.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

- Realizar um estudo com vistas à elaboração de um *Tesouro Jurídico* à Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba como instrumento de recuperação de Informação.

### 2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar tesouros da área de Direito como modelos;
- Delinear um processo de etapas para a elaboração do tesouro;
- Elaborar um *Tesouro Jurídico* segundo as características da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba;
- Propositar um *Tesouro Jurídico* à Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

### 3 BIBLIOTECA: unidade de informação

A informação está envolvida em toda atividade humana, individual ou coletiva, e, portanto, essencial a todas as áreas do conhecimento. Esta colocação se torna ainda mais deflagrada quando do surgimento da escrita, por volta de 3.000 a.C., onde processo de comunicação firmou-se de fato, por possibilitar o registro da informação e da comunicação. Dessa forma, a história da biblioteca é a do registro da informação, reunindo e organizando coleções de documentos.

Segundo Faria e Pericão (1999, p. 65), biblioteca pode ser assim definida:

[...] qualquer coleção organizada de livros e de publicações em série e impressos ou de quaisquer documentos gráficos ou audiovisuais disponíveis para empréstimo, consulta ou estudo, criada com determinados fins de utilidade pública ou privada.

O *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* apresenta a seguinte definição para Biblioteca:

[...] coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão “material manuscrito ou impresso”. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48, grifo dos autores)

Já para Milanesi (2002, p. 99), “a biblioteca é o espaço aberto para que as pessoas possam encontrar informações, discuti-las e criar novas informações”. Nas palavras de Silva e Araújo (2003), interpretamos que a biblioteca tem o dever de polarizar a motivação, como um espaço de disseminação da informação e conhecimento, lugar que deve fazer parte da formação de todas as pessoas. Portanto, cada biblioteca possui uma realidade diferente da outra, pois cada biblioteca está inserida em contextos diferentes. Por isso, cada biblioteca é constituída a partir de interesse e necessidades diversas, assim como seus usuários/clientes.



De acordo com Oliveira (2004), as bibliotecas apresentam uma tipologia diversificada quanto a sua finalidade, aos quais foram surgindo conforme a evolução das sociedades, a saber:

- **Bibliotecas Nacionais:** têm a finalidade de preservar a memória nacional, isto é, a produção bibliográfica e documental de uma nação;
- **Bibliotecas Públicas:** têm a finalidade de atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independente de classe social, cor, religião ou profissão;
- **Bibliotecas Universitárias:** têm por finalidade atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários;
- **Bibliotecas Especializadas:** são dedicadas a publicações sobre um assunto ou grupos de assuntos em um campo específico do conhecimento humano;
- **Bibliotecas Escolares:** têm a finalidade de fornecer material bibliográfico necessário às atividades de professores e alunos de uma escola;
- **Bibliotecas Infantis:** são espaços mais voltados para a recreação. Devem ter um acervo bem selecionado e proporcionar outras atividades como escolinhas de arte, exposição, dramatizações, etc.;
- **Bibliotecas Especiais:** são aquelas que se destinam a atender um tipo especial de leitor e que tem um acervo especial, como exemplo, as bibliotecas para deficientes visuais, para presidiários e para pacientes de hospitais;
- **Bibliotecas Ambulantes:** são bibliotecas volantes que objetivam a extensão dos serviços bibliotecários às áreas suburbanas e rurais, quando os serviços bibliotecários são deficientes ou inexistentes;
- **Bibliotecas Populares:** são aquelas criadas e mantidas pela comunidade. Tem os mesmos objetivos da biblioteca pública, mas não se vincula ao poder público. É subordinada a associações de moradores e grupos estudantis.

Também existe outro tipo de classificação de bibliotecas, ou seja, para as que estão presentes no mundo tecnológico virtual, como em CD-ROMs, DVD-ROMs e na Internet. Estas são:

- **Bibliotecas Digitais:** existem apenas na forma digital, podendo residir em diferentes meios de armazenamento, como as memórias eletrônicas (discos magnéticos e ópticos) (MARCHIORI, 1997, p. 118);
- **Bibliotecas Eletrônicas:** sistemas baseados em serviços que utilizam máquinas na construção de índices *on-line*, busca de textos e na recuperação e armazenamento de registros (MARCHIORI, 1997, p. 118);
- **Bibliotecas Automatizadas:** sistemas em que os computadores [são] usados para automatizar serviços básicos como catalogação, indexação e organização do acervo (OHIRA; PRADO, 2002, p.61);
- **Bibliotecas Polimídias:** são similares à biblioteca convencional, contendo livros [na forma tradicional] que convivem com vídeos, fitas, CD-ROMs, microfimes, *software* de computadores etc (MARCHIORI 1997, p.118)

Conforme podemos observar, vários são os tipos de biblioteca, tanto pela sua finalidade, quanto pela sua definição, entretanto, o tipo de biblioteca considerada representante ao campo de pesquisa deste trabalho, chamamos atenção para a Biblioteca Especializada em Direito ou Biblioteca Jurídica e seus profissional bibliotecário.

A biblioteca especializada é uma instituição que tem como peculiaridade o tipo de assunto e que, por vezes, pode reunir um tipo específico de material. Tomando como base Cesarino (1978, p. 231), as bibliotecas especializadas são consideradas “[...] unidades pertencentes a instituição governamentais, particulares ou associações formalmente organizadas como o objetivo de fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita, em um campo específico ou assunto”.

Dentre as bibliotecas especializadas, temos como exemplo as Bibliotecas Jurídicas, que geralmente são pertencentes a uma instituição de âmbito jurídico, ou que possui um departamento jurídico. Tem como objetivo disseminar a informação jurídica e auxiliar seus usuários no processo informacional, para o melhor acesso e uso das informações jurídicas.

Para trabalhar atuar como bibliotecário jurídico, Silva (2005, p. 24) chama atenção para os seguintes pontos:

[...] o bibliotecário necessita estar atento à sua área de atuação, buscando sempre novos conhecimentos que agreguem valor ao exercício de suas competências através de uma educação continuada no exercício de sua profissão, devendo saber onde encontrar informações jurídicas que atendam às necessidades dos usuários da unidade de informação onde trabalha e definido os mecanismos de busca mais adequados e atualizados, seja na área médica, da agricultura ou qualquer que seja o seu campo de trabalho.

A Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL) apresenta os requisitos necessários para o exercício profissional de um bibliotecário jurídico:

- Eficientes na busca de informação em qualquer suporte;
- Astutos juízes das vantagens e desvantagens de várias fontes de informação;
- Capazes de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada independentemente do seu suporte;
- Especialistas no uso de fontes jurídicas ou não (SILVA, 2005, p. 25).

De forma ampla, atuando em bibliotecas de escritórios de advocacia, de universidades jurídicas e órgãos governamentais, como é o caso do campo de pesquisa deste trabalho, o território de atuação do bibliotecário jurídico exige ações de tratamento, organização, recuperação e gerenciamento de informações, especialmente no que se refere à autenticidade das mesmas, realizando consultas e conexões com diversas fontes. Entre os locais mais comuns, estão as bibliotecas de escritórios de advocacia, bibliotecas jurídicas universitárias e bibliotecas de órgãos governamentais. E será justamente sobre a ação de representar a informação que abriremos uma nova discussão na próxima seção.

## 4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação pode ser considerada um bem importante para a humanidade desde a invenção da escrita. Foi através desta tecnologia, usada como um dos principais veículos de comunicação entre as massas, que se criou o nosso universo simbólico. Em outras palavras, a informação passa a ser a base da comunicação da sociedade, seja ela em suporte digital ou impresso.

A partir da compreensão apresentada, Bufrem e Pereira (2005, p. 21) afirmam que:

A informação surge como insumo e produto dos mais valorizados principalmente porque, a partir de meados dos anos de 1980, ela começou a ser encarada como “estratégia”, notadamente, pelos países desenvolvidos, embora, a literatura econômica internacional já viesse tratando do assunto desde a década de 1960.

Conforme citação acima, a informação trata de um bem de consumo que divide a sociedade em donos do poder os que detêm a informação, e os liderados, os que buscam a informação e passam-na para os grandes líderes políticos, que por sua vez, com essa gama de informação a sua disposição sobre diversos assuntos, mantêm seus poderes manipulando as informações que são geradas a cada segundo.

Nesse espaço de tempo, entre a informação primitiva e a informação digital, houve muitas conquistas e mudanças na vida humana. Essas transformações marcaram um novo cenário histórico, deflagrando a globalização, na qual derrubou barreiras territoriais e potencializou a disseminação da informação a partir de mudanças tecnológicas, econômicas, culturais, sociais e políticas. Porém, tratando-se de informação, o que mais marcou o mundo contemporâneo foi a sua velocidade, ou seja, o tempo que a produzimos e o tempo que nós levamos para fazer com que ela chegue ao destinatário. É nesse momento que o profissional da informação tem a responsabilidade de buscar o entendimento desse processo de uso e como disponibilizar a informação, ou seja, como são construídos os princípios e práticas de organização e representação em linguagens documentárias. Nesse sentido, se faz necessário que o especialista que trabalhe no campo da representação da

informação saiba a importância da seleção dos temas adequados com fins de traduzi-los a linguagem compreensível aos usuários.

A representação da informação, segundo Bufrem e Pereira (2005), resulta da prática da gênese, isto é, começa a partir da análise do texto. Após essa etapa, a representação da informação é identificada por conteúdos que seja conexo e concordando com os propósitos e características da unidade ou sistema a que serve. Os seguintes autores esclarecem que:

A síntese e representação advindas desse processo balizam-se por critérios como a padronização e a univocidade, qualificadores das principais formas ou produtos que o representam: o resumo e o índice. Considerada um modo de intermediação entre emissor e receptor, a representação é concretizada pelos processos e produtos da condensação de conteúdos informativos e ilustrada pelos componentes documentais que, [...], traduzem-se em objetos, processos, produtos, instrumentos, usos e campos teórico-metodológicos. (BUFREM; PEREIRA, 2005, p. 24).

As palavras supracitadas condizem com a realidade de como se faz a representação da informação, em que relata o processo dessa construção focando a importância da análise do texto, que é o ponto inicial para todo o processo sair coerente com o conteúdo do texto. Nesse sentido podemos relatar que ao se fazer a representação da informação de um enunciado, um documento ou um texto, nós estamos, na verdade, rerepresentando o conteúdo apresentado, através de análise documental. E para realizar a análise do documento é necessário saber utilizar a palavra, seja ela usada livremente, como na linguagem natural, ou a controlada, como na linguagem documentária, mas que siga um sistema legítimo de representação de conceito.

No sentido apresentado, só podemos fazer a representação da informação, não importando o suporte em que ela esteja, mas que ela seja passível de ser catalogada e indexada. Assim, com a catalogação e a indexação fundamentadas no plano lógico e ontológico, criam-se os códigos de classificação bibliográficos, tesouros, índices de sistemas de informação e resumos.

Tomando como base Lancaster (1979) e Dodebei (2002), se inclui como componente da representação da informação a memória documentária. Ainda segundo Dodebei (2002), entende-se por memória documentária como um conjunto de conhecimentos que foram gerados de forma coletiva, reunindo diversas

representações presentes de forma dinâmica e coletiva, desde a produção do conhecimento até a sua assimilação e reprodução.

Nas palavras de Alvarenga (2003), a informação ao ser representada passa por processos distintos, isso porque a representação da informação está inserida na produção do conhecimento ao ser registrado, no organizar do sistema documental das informações e no acesso dos usuários a informação.

Ao se representar a informação, estamos inserindo um tratamento técnico de classificar o conhecimento dentro do documento, como também classificar o próprio documento. Nesse procedimento é importante salientar que para que isso seja feito, temos que analisar o processo cognitivo, o qual nos possibilitará a realização da representação da informação, como também qualquer atividade humana que exija o intelecto.

A cognição é um elemento que merece destaque na representação da informação. De acordo com os estudos realizados sobre o processo cognitivo na CI, dentre os quais destacamos existe uma gama de conectivos lógicos que irão encadear toda a estrutura de informação no cérebro humano.

No processo cognitivo é notável a subjetividade da representação do universo que circula o homem. Mas essa subjetividade não pode interferir na representação universal dos documentos, pois nesse momento é necessário um modelo a ser seguido de forma que o usuário não seja prejudicado no momento da busca por informação. Ainda, no que se refere sobre a cognição no processo de representação da informação, apontamos um fator importante sobre os profissionais da informação, que ao fazer tal representação, não se deve deixar interferir os conhecimentos pessoais empíricos e suas crenças no trabalho que está sendo desenvolvido. Dentro do contexto da representação da informação, o processo cognitivo é materializado por meio do conhecimento. Essa gama de conhecimento do profissional da informação irá interferir nos processos que tratam, recuperam disseminam e representam a informação, seja ela primária ou secundária. No entanto, o saber e o conhecer do profissional da informação permitirá que ele desenvolva um trabalho eficiente e eficaz, a partir do correto levantamento de conceitos e termos.

O processo de representação da informação vem recebendo influências dos recentes adventos tecnológicos, a começar pela forma em que estas são disponibilizadas se comparadas a ambientes tradicionais como as bibliotecas físicas. A informação hoje é trabalhada de forma online, no qual não só os profissionais da

CI, como também os da Ciência da Computação (CC), estão inseridos nesse contexto tecnológico.

Com os recentes adventos da tecnologia surgiram ambientes digitais que possibilitam e facilitam a interação das pessoas com a informação. Neste contexto temos as escolas, bibliotecas e ambientes públicos diversificados, disponibilizando de forma concomitante informações representadas, tanto de forma escrita, como na forma digital.

Dentro desses termos, temos dois tipos de representação a temática e a descritiva. A representação descritiva da informação trata da catalogação, ou seja, descrever ou catalogar as informações contidas no suporte que se deseja recuperar. Essa representação faz parte do trabalho técnico do bibliotecário. Nesse sentido temos a representação descritiva como uma prática da catalogação de bibliografia, tendo como principal objetivo identificar os elementos básicos e secundários necessários para uma representação documental satisfatória universal. (BAPTISTA, 2007).

Como já afirmamos, dentre os tipos de representação estão os chamados temáticos. Nesses modelos, são extraídos e/ou atribuídos conceitos, palavras-chave, descritores e *tags* que auxiliam o usuário a identificar, selecionar e obter o assunto de um documento no momento da busca de informação, tema este que será discutido na próxima subseção.

## 5 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO

Desde os primórdios que o ser humano busca representar as coisas. Sua representação se dá em caracterizá-las de forma que venha a facilitar a sua busca, presente na vida do homem de forma inerente, em todas as áreas do conhecimento. Para a área da biblioteconomia, a representação da informação é imprescindível porque é através dela que podemos recuperar a informação, de forma que o usuário não perca tempo na busca pela informação relevante, no qual necessita. Nesse sentido, para tal ação é necessário conhecer o que se quer representar e, principalmente, ter segurança sobre os assuntos de que trata o objeto em questão.

A informação que a sociedade organiza tem o objetivo de direcionar as pessoas e o conhecimento que elas geram. Ao tomar conhecimento de que a informação é um bem primordial para qualquer ser humano, a sociedade cada vez mais está se apropriando das informações para gerar conhecimento e controlar ações das pessoas. Como não se pode acumular conhecimento sem organizá-lo, surge à preocupação em classificar a massa informacional que é gerada a cada segundo, para melhor recuperá-la. É nesse momento que podemos nos embasar em estudo da Ciência da Informação (CI) para gerenciar, representar organizar o conhecimento. Segundo Saracevic (2006), a CI surgiu durante a Segunda Guerra Mundial que posteriormente passou a ser interdisciplinar com outras áreas do conhecimento tais como: Biblioteconomia, Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência Cognitiva, Ciência da Computação (CC), e Comunicação entre outras.

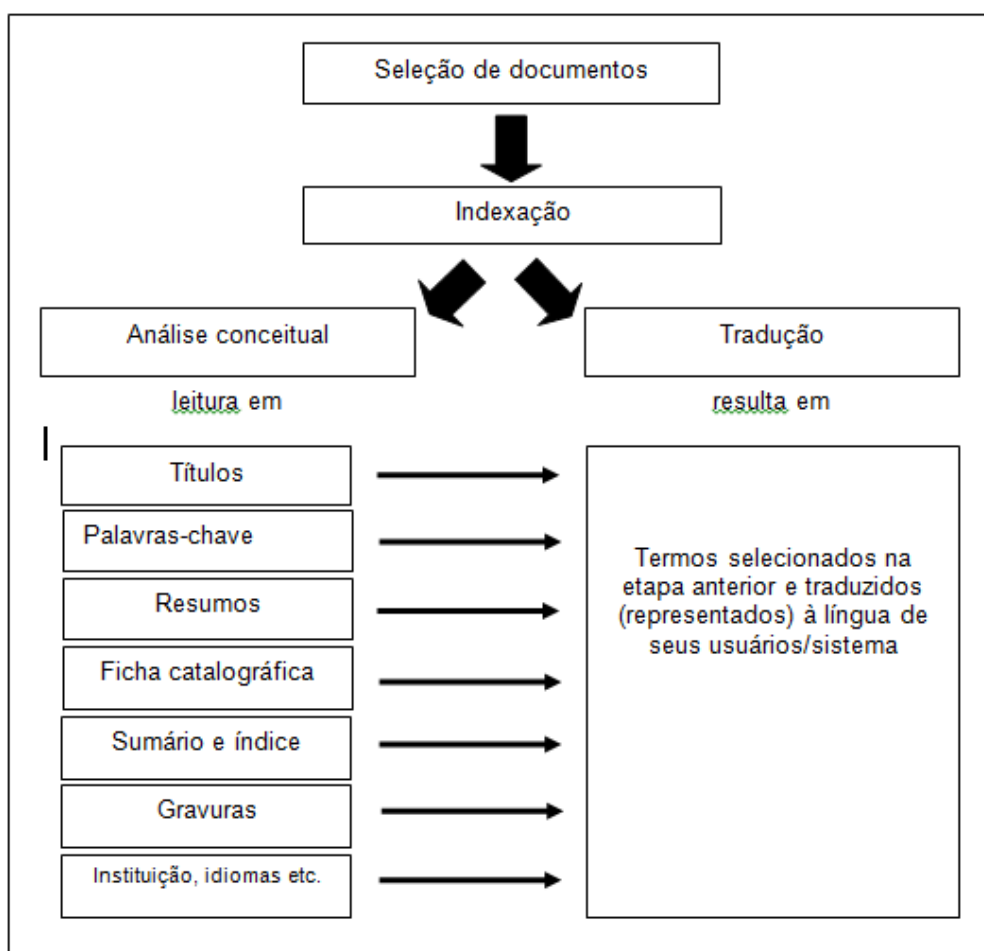
No contexto da CI, temos a representação temática da informação, a qual, segundo Lancaster (2004, p. 6), “[...] é conhecida com outro termo, ou seja, é conhecida por indexação”. De acordo com leituras realizadas e conteúdos ministrados em sala de aula, resumimos os conceitos de indexação da seguinte forma:

- Elemento basilar da organização do conhecimento em bibliotecas. Nesse sentido inclui indexação de autor e título e a descrição dos documentos assim como identificação de assuntos;



- Como ato de registrar o conteúdo de uma coleção, em contraposição ao de examinar a coleção para dar uma informação ou os documentos solicitados.
- Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.

A indexação é formada por duas etapas básicas, além do controle de qualidade citado por alguns autores. Tomando como Silva e Da Silva, de forma ampla, podemos adotar a seguinte representação imagética para apresentá-las:



**Figura 1: Etapas da indexação.**

Fonte: Silva e Da Silva (2012, p. 217).

Diante desses conceitos, ainda temos o de Da Silva e Neves (2010) quando relata que representação temática da informação na CI também é chamada de análise da informação, descrição de conteúdo ou representação de assunto. Para os

autores, é o conteúdo informacional dos documentos que permite identificar o tema ou assunto a que se refere por meio de ações de indexação, elaboração de resumos, classificação, disseminação, recuperação e busca.

Na próxima subseção será abordado o tema indexação pós-coordenada, ou seja, a indexação que ocorre no momento da saída do sistema a partir da coordenação dos termos na fase de recuperação da informação.

## 6 INDEXAÇÃO PÓS-COORDENADA

Como já afirmamos, a informação pode ser considerado um produto que tem custo significativo e valioso. Para Vieira (1988), “a informação é considerada como um produto tão valioso quanto os recursos minerais e energéticos em um país. Para se medir o desenvolvimento de uma nação, basta verificar a quantidade de informações que seus habitantes geram e consomem”.

O não acesso as informações produzidas no país não depende somente do usuário, dos seus conhecimentos prévios, mas também e, às vezes, principalmente, dos sistemas que manipulam essas informações, apresentando interfaces e modelos de representação incompreensíveis ao seu público. Segundo Vieira (1988), a responsabilidade de tornar inteligíveis as informações consideradas relevantes para o desenvolvimento intelectual e cultural de uma sociedade requer uma série de atividade que copõem o que se denomina ciclo documentário. Esse tipo de atividade compreende a seleção, aquisição, registro, descrição física, análise de conteúdo, armazenamento, recuperação e disseminação de informação.

Compreendendo a importância da indexação nessa discussão, novamente Vieira (1988, p. 84) se posiciona da seguinte forma:

A indexação é uma das operações significativas que compõem o ciclo documentário. Pode-se dizer que é uma atividade-meio, que possibilita ao usuário o acesso adequado ao conteúdo dos documentos. Usualmente, é considerado um dos pontos de estrangulamento dos sistemas de informação.

Partindo desse ponto, o que se pode verificar é que as informações para serem disseminadas passam por diversos processos como foi citado e deles e a indexação que condensa melhor o assunto do documento mediante a atribuição de descritores, permitindo o aumento da capacidade de armazenar com desempenho de recuperar a informação. (VIEIRA, 1988)

Tomando como base as falas da autora, podemos dizer que a indexação é uma das partes fundamentais na constituição da biblioteconomia enquanto disciplina, que instrumentaliza ações, usadas por seus profissionais, para que o usuário recupere a informação desejada. Para tanto, especialmente no atual mundo digital, a indexação faz uso da linguagem chamada pós-coordenadas, ou seja, são

linguagens que combinam ou coordenam os termos no momento da busca e não na indexação, como ocorre com as ditas linguagens pré-coordenadas.

Nas palavras de Da Silva (2012, grifo do autor), tais sistemas podem ser vistos da seguinte maneira:

Os **sistemas pós-coordenados** permitem ao indexador transferir o **ato de coordenação**, ou seja, a combinação dos elementos da etapa de entrada (ou indexação) **para a etapa de saída** (busca e/ou pesquisa). Ao fazer isso, são eliminados todos os **problemas** inerentes à **ordem de citação ou importância**.

Por sua vez, Pinto (1985, p. 183, grifo do autor) enfatiza a sua característica de ser também chamado de um sistema invertido:

Nesse tipo de sistema não existe a preocupação com a importância dos elementos de um assunto composto e como consequência com a ordem de citação desses elementos. São também chamados de <<sistemas invertidos>> (**inverted file**) porque neles o catálogo de assunto, onde efetivamente se opera a busca de documentos, é formado por entradas que representam os assuntos contidos na coleção.

A linguagem de indexação pós-coordenada possui vantagens e desvantagens, elencadas por Da Silva (2013):

- Vantagens:
  - Dinâmicas, novos termos podem ser incluídos com maior rapidez;
  - Relações multidimensionais entre termos;
  - Todos os termos são pontos de acesso;
  - Maior flexibilidade na indexação.
- Desvantagens:
  - Geram falsa recuperação, necessitam de artifícios para evitá-la (elos, indicadores de função, de proximidade);
  - Exigem maior esforço na busca.

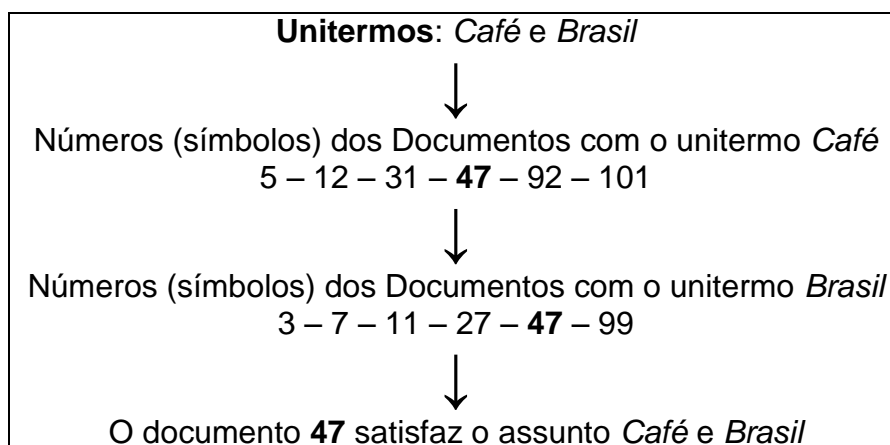
Utilizada principalmente em sistemas automatizados, a linguagem de indexação pós-coordenada pode ser potencializada pelo uso dos operadores booleanos: E, OU, NÃO. Nesse tipo de sistema não há um vocabulário extenso, pois não existe a necessidade de se criar um termo para cada assunto complexo, como também não é exigido definir a ordem de citação dos assuntos compostos, já que os termos atribuídos a um documento tem peso igual, ou seja, nenhum é mais importante que o outro, assim como defendido por Pinto (1985) anteriormente.

Na busca de um melhor instrumento para a indexação pós-coordenada se verificou que a melhor forma de tratar a informação, devido à especialização do acervo e o tipo de material que se apresentava de diversos formatos e suportes, optou-se pelo vocabulário livres considerado como a gênese do sistema pós-coordenados, que ainda não reuniam os termos no momento da indexação e nem estabeleciam assunto principal. Os termos eram atribuídos de forma isolada de acordo com necessidade da descrição de um determinado documento e, nesse caso, quem o coordenaria seria o usuário no ato da busca. Dessa forma o primeiro sistema pós-coordenado foi o Sistema Unitermo, sua criação provia do uso de fichas impressas, usando a tradicional ficha catalográfica de dimensões 12,5 cm x 7,5 cm.

Para entendermos melhor o sistema unitermo, é preciso levar em consideração o fato da II Guerra Mundial ter sido a responsável por um grande avanço no conhecimento científico, aumentando consideravelmente o número de documentos especializados, bem como a necessidade de divulgação mais rápida de alguns resultados de pesquisa. No campo dos serviços especializados foi detectada a ausência de listas específicas de termo, apresentando os almejos necessários para a criação do sistema unitermo no começo da década de 50 por *Mortimer Taube*, usando a fusão das palavras UNIT (unidade) e TERM (termo).

Conforme o idealizador, cada palavra representava um tópico e cada tópico é acrescentado numa ficha. Assim os documentos a que se refere o tópico são indicados por números sequenciais atribuídos a cada documento. O número indicado determinará e localizará os documentos nas estantes.

Por ser um sistema que usa a linguagem pós-coordenada, o tipo de arquivamento do sistema unitermo chama-se *arquivo invertido*, porque ao contrário das fichas tradicionais, os elementos das *pistas* são colocados em primeiro lugar para determinar a ordem alfabética a seguir, ou seja, o número que identifica o documento. Nesse tipo de sistema, a ordem dos documentos não é considerada, não depende do seu número de ordem. Tanto faz procurar um documento com inicial C ou B como o contrário. Para melhor entendimento segue exemplo abaixo:



**Figura 2: Exemplo de sistema unitermo.**

*Fonte: Do autor (2013).*

Durante as mudanças que vieram acontecendo, com o advento dos computadores, as formas de recuperar informação também sofreram transformações. No início do uso do computador, enquanto instrumento de trabalho do bibliotecário, no que se refere ao tratamento da informação e sua recuperação, ele era usado para produzir índices impressos como a ordenação automática dos termos e títulos. Depois veio a recente tecnologia e desenvolveu, com mais precisão, a utilidade do computador, passando a gerar os próprios índices na sua extração e atribuição de palavras ou conceitos. Nisso, podemos realçar que houve uma implementação no sistema de pós-coordenação, porque o computador passou a permitir o uso da lógica booleana; lógica de combinação binária por soma; produto ou diferença que se ajustava à coordenação de termos no ato da recuperação; controle do radical dos termos etc..

Além de proporcionar um controle terminológico, a linguagem de indexação torna possível o compartilhamento de informações por diferentes sistemas de informação, que podem trabalhar de modo cooperativo e mais uniforme. A seguir será tratado mais pormenorizadamente do assunto tesouros, por constituírem-se objeto deste estudo.

## 7 TESAURO: uma linguagem especializada

Quando se iniciou a atividade de representação da informação a linguagem documentária não foi pensada como instrumento de indexação e recuperação. O objetivo era padronizar as entradas de assunto de catálogos ou índices. Depois se criou o vocabulário livre pela ideia ainda inexistente de um vocabulário controlado para a indexação. Tempos depois, permeado por esse trajeto histórico e procurando mostrar ao usuário como se processava a estrutura da linguagem de representação, deu-se origem aos Tesouros, que é o objeto de discussão central deste trabalho.

Campos (2001) menciona que a palavra *thesaurus* é de origem latina e significa *tesouro*, tendo sido utilizada no sentido de *tesouro de palavras*. Por sua vez, Da Silva (2013) nos apresenta uma explicação sobre a formação do nome Tesouro e a sua popularização:

Tesouro (latim = *thesaurus*, grego = *thesaurós*) significa tesouro ou armazenamento ou repositório. O termo tesouro popularizou-se com o dicionário analógico de Peter Mark Roget, intitulado *Thesaurus of English Words and Phrases*, publicado pela primeira vez em Londres, em 1852.

Para a presente pesquisa, o que se busca enfatizar é a proposta de criação de um tesouro como fonte de busca e recuperação de informação jurídica. Tesouro segundo Bufrem e Pereira (2005, p. 25, grifo do autor) é definido como:

[...] comumente usado para buscas especializadas e não para a indexação, propriamente dita, o tesouro é ferramenta imprescindível em sistemas automatizados de recuperação da informação. O termo *thesaurus*, usado durante muitos séculos para designar léxico ou “tesouro de palavras” [...].

Segundo Sales e Café (2009, p. 102), “Tesouros são vocabulários controlados formados por termos-descritores semanticamente relacionados, e atuam como instrumentos de controle terminológico”. Conforme Currás (1995, p. 88), tesouro é assim definido:

[...] é uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos linguísticos que compõem - termos simples ou compostos - encontra-se relacionados entre si sintática e semanticamente.

Para a autora, existe uma série de fatores a serem executados por um tesouro, como por exemplo:

- Deve ser uma linguagem especializada;
- Deve permitir a introdução ou supressão de termos para manter sua atualidade;
- Deve servir de conversor da linguagem natural dos documentos, ambígua e livre, para uma linguagem concreta, normalizada e apta a controlar a informação contida nos documentos;
- Deve servir de ligação entre os documentos e os usuários, sendo que o profissional da informação é o elo fundamental neste contexto.

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) define Tesouro como sendo “[...] um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente, que cobre de forma extensiva um campo específico do conhecimento”. (UNESCO, 1973, p.13-17)

Quanto ao objetivo principal de um Tesouro, Jesus (2002, p. 16) defende que:

[...] é dar assistência ao usuário (pesquisador ou indexador), de maneira que ele consiga encontrar o termo que represente um determinado significado para o que se procura, ou seja, com a ajuda do tesouro, o usuário, no momento da busca poderá identificar termos alternativos, o que permitirá descrever a informação contida no documento de forma mais adequada.

Os autores citados, em suas palavras, demonstram o significado do termo tesouro, sua importância na automação e recuperação da informação, como também se dá a relação entre o que é extraído no momento da indexação de um documento. Além disso, expõe o termo tesouro, de forma clara, como busca especializada para se ter acesso a uma determinada informação.

O que se pode perceber é que a indexação e os tesouros andam juntos, porém, não é a mesma coisa. O tesouro vem de uma trajetória que visa o reconhecimento de estrutura complexa de conceitos e relações com capacidade de controlar ou reordenar significados com base em conhecimentos compostos de componentes lógicos e filosóficos facilitando a busca de uma informação através de uma ideia ou conceito. (BUFREM; PEREIRA, 2005, p. 26)



Um tesauro é formado por termos indexados, definido pela NBR 12676 como sendo aquele que representa um conceito, podendo ser um símbolo de classificação ou um termo derivado da linguagem natural, de preferência um nome ou locução nominal. (ABNT, 1992) Esses termos serão classificados em descritores (termo preferido) e não descritores (termo não-preferido).

Para Currás (1995), termo preferido é definido como um termo utilizado consistentemente para representar um conceito no processo de indexação, sendo também conhecido como descritor, ou termo principal. Por outro lado, ainda conforme a NBR 12676, o termo não-preferido, não-descritor, secundário ou equivalente, é definido como aquele termo que não é atribuído aos documentos, mas é utilizado como remissiva para instruir o usuário na procura do termo preferido.

No que se referem as suas características, segundo França e Da Silva (2012), três são os tipos e especificações de tesauro, conforme podemos observar no quadro 1:

<b>Língua</b>	<i>Monolíngue</i> (uma língua)
	<i>Multilíngue</i> (mais de uma língua)
<b>Nível de especificidade dos termos</b>	<i>Microtesauro</i> (mais descritores do que não descritores, ou seja, há mais conceitos em sua estrutura do que termos específicos destes assuntos)
	<i>Macrotesauro</i> (mais remissivas, ou seja, indicações para outros significados dentro do próprio tesauro, do que conceitos)
<b>Assunto</b>	<i>Monodisciplinar</i> (um assunto)
	<i>Multidisciplinar</i> (vários assuntos)

**Quadro 1: Características de Tesauro.**

Fonte: Adaptado de França e Da Silva (2012).

Há constituição de um tesauro, essas características estão presentes segundo um conjunto de relações, organizadas em blocos e formando o que denomina-se de Sistema Nacional.

## 7.1 SISTEMA NOCIONAL

Todo e qualquer campo de conhecimento possui um conjunto de noções, o chamado sistema nocional, definido como “um conjunto estruturado de noções que reflete as relações estabelecidas entre as noções que o compõem e no qual cada noção é determinada pela sua posição no sistema.” (ISO 10875<sup>1</sup> *apud* CINTRA et al., 2002, p. 50). De acordo com Dodebei (2002, p. 68), “[...] é necessário desenvolver um estudo preliminar sobre o campo conceitual de interesse dos usuários atuais e potenciais do sistema de informação para o qual o tesauro será desenvolvido”. Para a autora, é necessário explicitar as relações conceituais existentes em um domínio para, em seguida, propor as possibilidades de denominação dos conceitos em um SRI.

A importância de um sistema nocional é inquestionável e sua ausência acarreta a impossibilidade de dar prosseguimento à esquematização de uma área de conhecimento devido à falta de compreensão do significado dos conceitos e, por conseguinte, das suas possibilidades de relacionamento. Obviamente, a utilização de qualquer linguagem documentária pressupõe a existência de um sistema nocional devidamente estruturado da área de conhecimento que será objeto de indexação. (CINTRA et al., 2002)

De acordo com Laan (2002), as relações que se estabelecem em um tesauro são Relações Conceituais e Relações de Equivalência:

- **Relações Conceituais:** estabelecidas entre os conceitos representados pelos termos no tesauro, sendo subdivididas em relações hierárquicas e associativas:
  - **Relações Hierárquicas:** baseiam-se no grau de semelhança entre os indivíduos, estabelecendo-se uma relação de subordinação e superordenação. Nelas há um termo superior, geral ou genérico (representado nos tesauros pela sigla TG) e termos de menor conteúdo e significado, os chamados termos subordinados ou específicos (nos tesauros, TE). Subdividem-se em:

---

<sup>1</sup> International Organization for Standardization. ISO 1087: Terminology work – Vocabulary. 01-Oct-2000. 42 pages.

- **Relações Genéricas:** relação de gênero-espécie. Ex.: ave (TG) – coruja (TE);
- **Relações Partitivas:** subordinação das partes com o todo. Ex.: Flor (TG) – caule (TE);
- **Relações Exemplares ou Tipo de:** constituem-se em um exemplo que em determinado domínio pode ser importante. Ex.: Biblioteca (TG) – Biblioteca Pública (TE)
- **Relações Associativas:** são relações por coordenação, podendo ser também por encadeamento, causa e efeito ou sequenciais. Essas relações se dão em nível horizontal com os termos relacionados entre si semanticamente. Nos tesouros, geralmente são representadas pelas siglas TA (termo associado) ou TR (termo relacionado) e representam associações mentais por coordenação. Ex.: inseto – inseticida.
- **Relações de Equivalência:** estabelecidas entre os termos que representam os conceitos em um tesouro, em que pode haver um termo preferido e outro(s) não preferido(s), que seria(m) seu(s) sinônimo(s) ou quase sinônimo(s). Estas relações informam que somente um termo pode ser utilizado como descritor autorizado, indicando preferência de grafia, de uso de siglas ou acrônimos, do nível de linguagem (científica ou popular), além de relacionar os termos semanticamente. Nos tesouros, geralmente são representadas pela sigla USE e UP (usado por).

O tesouro tem como uma das principais características a ligação entre os termos segundo indicações estabelecidas por seu próprio significado, de modo que uns termos conduzam a outros (CURRÁS, 2005). Neste sentido, as relações estabelecidas serão representadas por um conjunto de símbolos, assim como apresentado na figura 3:

TERMOS	Português	Inglês
<b>TERMO GENÉRICO</b>	TG	BT
<b>TERMO ESPECÍFICO</b>	TE	NT
<b>TERMO RELACIONADO</b>	TR	RT
<b>NOTA EXPLICATIVA</b>	NE	SN
<b>TERMO USADO PARA</b>	UP	UF
<b>USE</b>	USE	USE

**Figura 3: Abreviaturas e Símbolos.**

Fonte: França e Da Silva (2012).

Ainda sobre os símbolos das relações de equivalência, França e Da Silva (2013) informam que *USE* é um símbolo que remete ao descritor (adotado) e o símbolo *UP* indicará o termo não-descritor (não-adotado).

Diante das informações basilares na proposição e constituição de um *Tesouro Jurídico* da TJPB ao nosso campo de pesquisa, nos cabe apresentar o percurso metodológico adotado para esse caminhar com fins de atender aos objetivos delineados.

## 8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de uma pesquisa não se engloba simplesmente nas ações mecânicas do cotidiano, pois sua essência exige do pesquisador iniciativa, persistência, originalidade, conhecimento e principalmente muita dedicação ao estudo. Oliveira (2002, p. 14) faz uma abordagem esclarecedora quando afirma que:

O trabalho de pesquisa é uma obra de criatividade que nasce da intuição do pesquisador e recebe a marca de sua originalidade, tanto no modo de empreendê-la como no modo de comunicá-lo, dando a cada um uma oportunidade de manifestar sua iniciativa e seu modo próprio de expressar-se.

A metodologia é o caminho, o processo onde se aplica diferentes métodos, técnicas e materiais para a coleta de dados de um determinado campo de estudo. Envolve todos os passos necessários para a conclusão de um trabalho científico. Abrangem desde a escolha do procedimento para obtenção dos dados; a identificação dos métodos, técnicas e instrumento de pesquisa; definição de amostra e do universo; até a análise dos dados coletados.

### 8.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a caracterização de um estudo é necessária apresentação de sua abordagem de coleta de dados e as técnicas de pesquisa. Numa primeira faceta, a presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, por entendermos que este trabalho “[...] envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. (SILVA, 2001, p. 21)

Em se tratando da abordagem, a pesquisa é considerada qualitativa, sendo esta, definida por Corrêa e Walker (2010, p. 10) como:

[...] a pesquisa que tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e objeto de estudo em questão necessitando um trabalho mais intensivo de campo. Neste caso, as questões são estudadas no ambiente em que eles se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização deste tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades.

Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e bibliográfica. Exploratória porque “[...] é uma investigação empírica que tem por finalidade refinar conceitos, enunciar questões e hipóteses para investigações subsequentes sobre o assunto em questão”. (DENCKER; VIA, 2001, p. 59)

As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

No entendimento do autor, o principal objetivo deste tipo de pesquisa pode ser tanto “o aprimoramento de ideias”, quanto “a descoberta de intuições”, o que o torna uma opção bastante flexível, gerando, na maioria dos casos, uma pesquisa bibliográfica ou um estudo de caso, assim como ocorre no presente trabalho (GIL, 2002, p. 41).

Com base em Selltiz *et al* (1967, p. 63 *apud* GIL, 2002, p. 41), este tipo de pesquisa costuma envolver “levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Quanto à pesquisa bibliográfica, como ênfase no nosso estudo, é, segundo Fachin (2001, p.125):

O conjunto de conhecimentos reunidos nas obras. Tem como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Dessa forma, embasado na pesquisa bibliográfica, com intuito de construir um modelo de *Tesouro Jurídico*, se fez necessário o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, além de consultas a materiais já elaborados, constituindo-se em nossas referências sobre a temática Biblioteconomia x Direito.

## 8.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Como o campo de estudo, utilizamos o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) (figura 4), localizado à Praça João Pessoa, s/n, Centro, João Pessoa – Paraíba (PB), mais especificamente a Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes, que tem como missão a concretização da justiça por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere, efetiva e com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social.



**Figura 4: Fachada do TJPB.**  
*Fonte: Google imagens (2013).*

O TJPB foi criado no dia 30 de setembro de 1891, pelo Decreto nº. 69. Pelo mesmo decreto, o Superior Tribunal de Justiça designou, no dia 15 de outubro daquele ano, à sua instalação. No dia 9 de Outubro, o Governador da Paraíba, Venâncio Neiva, nomeava os Desembargadores e demais integrantes da Magistratura paraibana. Para o STJ foram nomeados os bacharéis Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, Juiz de Direito da cidade de Santa Rita; Augusto Carlos de Amorim Garcia, que fora Juiz de Direito da cidade de Bananeiras, e ocupava, interinamente, o cargo de Diretor da Instrução Pública; Francisco de Gouveia Cunha

Barreto, Juiz de Direito da cidade de Pilar, no exercício da comissão de Chefe de Polícia; Amaro Gomes Carneiro Beltrão, Juiz de Direito da cidade de Guarabira; e Vicente Saraiva de Carvalho Neiva, Juiz de Direito de Vitória, da cidade do Espírito Santo.

Quanto ao nosso campo específico de estudo, a biblioteca (figura 5) está situada no térreo do prédio do TJPB e seu funcionamento está sob a supervisão da Gerência de Acervos. Trata-se de uma biblioteca especializada na área jurídica, tendo por objetivo desenvolver coleções e colocar à disposição de seus usuários um acervo bibliográfico que atenda às necessidades informacionais dos consulentes. Por meio da resolução nº. 24 de 27 de junho de 2000 passou a biblioteca do TJPB a denominar-se o nome usado atualmente.



**Figura 5: Sala de leitura com computadores disponíveis**

*Fonte: Arquivo do autor (2013).*

A biblioteca dispõe de um acervo composto pelos seguintes materiais:

- Livros, revistas, livretos, relatórios, dicionários, enciclopédias e códigos;
- Diários Oficiais da União (DOU) e Estaduais (DOE);
- Diários de Justiça da União (DJU) e Estadual (DJE);



Acomodados em estantes deslizantes, visando a praticidade e o melhor conforto dos usuários (figura 6), o acervo está organizado segundo a Classificação Decimal Universal (CDU) e a catalogação utilizada é a do *Anglo-American Cataloguing Rules 2* (AACR2), com uma sinalização que facilita a comunicação do usuário com o acervo.



**Figura 6: Estantes deslizantes e sinalizadas**

*Fonte: Arquivo do autor (2013).*

O horário de atendimento é de 07:30 as 18:00, de segunda à quinta-feira e nas sextas-feiras das 07:30 as 14h:00, com disponibilidade voltada aos Desembargadores, Juízes, Servidores do Tribunal, pesquisadores de diversas áreas, assim como a comunidade em geral, com destaque para os estudantes de Cursos de Direito de diversas instituições Jurídicas.

A biblioteca disponibiliza três computadores com acesso a internet para consultas e pesquisas dos usuários, e duas salas amplas e climatizadas, sendo uma de leitura com cabines individuais, e a outra para leitura de jornais. Atende as solicitações de serviço de orientação ao usuário na recuperação da informação e realiza empréstimo domiciliar facultado aos usuários do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, da região metropolitana de João Pessoa, desde que cadastrados.

No ambiente de pesquisa, trabalham oito funcionários que prestam serviço a biblioteca. Dessa forma, como colaborador e funcionário dessa unidade de informação, pretendemos propor e desenvolver um Tesauro para a citada biblioteca, como fonte de busca e recuperação de informação jurídica aos seus usuários, de forma ágil e flexível.

### 8.3 ETAPAS DE PESQUISA

Para a proposição e elaboração do *Tesauro Jurídico*, uma série de etapas se fez necessário:

#### 1) Etapa de estudo e proposição:

1.1 Levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, normas técnicas, dicionários, anais e sites sobre os seguintes assuntos: biblioteca, representação da informação e tesauro. Além disso, antes de darmos início ao planejamento do tesauro, foi feita uma pesquisa em tesouros monolíngues da área de Direito, disponíveis gratuitamente na Internet, restringindo-se à pesquisa a tesouros de língua portuguesa:

1.1.1 Supremo Tribunal Federal (STF);

1.1.2 Superior Tribunal de Justiça (STJ);

1.1.3 Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

1.2 Análise de domínio para descobrir o assunto principal, no nosso caso, Direito;

1.3 Coleta dos candidatos a descritor e não-descritor do tesauro a partir de análise das obras pertencentes ao acervo da biblioteca estudada;

1.4 Consultar palavras-chaves de bases de dados jurídicas;

1.5 Registro dos termos coletados conforme os seguintes campos básicos: termo coletado, contexto discursivo (ou seja, a parte do texto de onde foi extraído o termo), fonte (referência bibliográfica) e definição do termo.

2) Etapa de elaboração:

2.1 Estruturação do arranjo (cadeias) dos termos selecionados;

2.2 Redação de apresentação do tesouro. Nesta parte constam os objetivos do tesouro, sua cobertura, sua forma de apresentação, esclarecimentos sobre a estrutura gráfica dos descritores e dos não-descritores, explicações sobre o significado das siglas utilizadas para indicar as relações entre os termos além de outras informações.

2.3 Apresentação dos termos em ordem alfabética e dentro desta ordem nós apresentamos as relações entre os termos.

## 9 PROPOSTA E DESENVOLVIMENTO: *Tesouro Jurídico* da TJPB

O presente *Tesouro Jurídico* foi elaborado a partir do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que trata a indexação pós-coordenada com um elemento que pode subsidiar as relações informacionais presentes na Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes do TJPB, campo de pesquisa do referido trabalho.

O Tesouro que será apresentado a seguir fez uso de três relações para a sua elaboração, além da nota explicativa:

- **Relação de Equivalência:**
  - USE;
- **Relação Hierárquica:**
  - TG – Termo Genérico ou Geral;
  - TE – Termo Específico.
- **Relação Associativa:**
  - TR – Termo Relacionado.
- **Nota de Escopo:**
  - NE – Nota Explicativa.

Conforme França e Da Silva (2012), na etapa inicial da elaboração de um tesouro, algumas questões devem ser respondidas quanto as suas características. Desta forma, acredita-se que serão evitados, especialmente nos momentos de atualização. No caso do *Tesouro Jurídico* do TJPB, as seguintes características foram definidas:

1. Como se classifica o Tesouro quanto à língua?  
*Resposta: Monolíngue.*
2. Como classificar o Tesouro quanto ao nível de especificidade dos termos?  
*Resposta: Macrottesouro.*
3. Como se classifica o Tesouro quanto ao assunto principal?  
*Resposta: Monodisciplinar.*
4. Na análise de domínio, qual é o assunto principal?  
*Resposta: Direito.*

5. Será usado o vocabulário natural ou artificial?

*Resposta: vocabulário natural.*

6. Quanto ao índice, quem é (são) o(s) termo(s) presente(s) na estrutura?

*Resposta: código civil; código comercial; código de menores; código de processo civil; código de processo militar; código de processo penal; código de processo penal militar; código eleitoral; código eleitoral (1932); código eleitoral (1950); código eleitoral (1965); código penal; código penal militar; constituição; constituição estadual; direito; direito adquirido; direito administrativo; direito ambiental; direito bancário; direito civil; direito comercial; direito constitucional; direito da criança e do adolescente; direito da infância e juventude; direito de família; direito do consumidor; direito do menor; direito do trabalho; direito econômico; direito eleitoral; direito financeiro; direito internacional privado; direito internacional público; direito penal; direito penal internacional; direito penal militar; direito privado; direito processual; direito processual civil; direito processual do trabalho; direito processual eleitoral; direito processual penal; direito processual penal militar; direito público; direito tributário; emenda constitucional; estatuto da criança e do adolescente; legislação eleitoral; legislação penal; reforma constitucional.*

Como resultado de pesquisa, apresentamos um recorte do *Tesouro Jurídico* do TJPB realizado na Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes, ao qual retrata assuntos do Direito (Ciências Jurídicas). Nesta proposta também são apresentadas, numa escala menor, assuntos de Biblioteconomia e CI.

## C

### **CÓDIGO CIVIL**

**NE:** Refere-se à Lei nº 3.071, de 1º.1.1916.

**TR:** Código de Processo Civil

### **CÓDIGO COMERCIAL**

**NE:** Refere-se à Lei nº 556, de 25.6.1850.

**TR:** Direito comercial

**CÓDIGO DE MENORES**

**NE:** Instituído pela Lei nº 6.697, de 10.10.1979.  
Revogado pela Lei nº 8.069 de 13.7.1990.

**TR:** Estatuto da Criança e do Adolescente

**CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**NE:** Refere-se à Lei nº 5.869, de 11.1.1973.

**TR:** Código Civil

Código Penal

**CÓDIGO DE PROCESSO MILITAR**

**USE:** Código de Processo Penal Militar

**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**NE:** Refere-se ao DL nº 3.689, de 3.10.1941.

**TR:** Código Penal

**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR**

**NE:** Refere-se ao DL nº 1.002, de 21.10.1969.

**TR:** Código Penal Militar

Direito processual penal militar

**CÓDIGO ELEITORAL**

**TG:** Legislação eleitoral

**TE:** Código Eleitoral (1932)

Código Eleitoral (1950)

Código Eleitoral (1965)

**CÓDIGO ELEITORAL (1932)**

**NE:** Dec. nº 21.076, de 24.2.1932.

**TG:** Código Eleitoral

### **CÓDIGO ELEITORAL (1950)**

**NE:** Lei nº 1.164, de 24.7.1950.

**TG:** Código Eleitoral

### **CÓDIGO ELEITORAL (1965)**

**NE:** Lei nº 4.737, de 15.7.1965.

**TG:** Código Eleitoral

### **CÓDIGO PENAL**

**NE:** Refere-se ao DL nº 2.848, de 7.12.1940.

**TR:** Código de Processo Civil

Código de Processo Penal

### **CÓDIGO PENAL MILITAR**

**NE:** Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969.

**TR:** Código de Processo Penal Militar

Direito penal militar

### **CONSTITUIÇÃO**

**NE:** Refere-se a Constituição do Brasil do ano de 1988.

**TE:** Reforma constitucional

**TR:** Constituição Estadual

### **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

**TG:** Constituição

## **D**

### **DIREITO**

**NE:** Usado no sentido de ciência do Direito.

**TE:** Direito privado

Direito público

## **DIREITO ADQUIRIDO**

**TG:** Direito civil

Direito constitucional

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**TG:** Direito público

**TR:** Direito ambiental

Direito econômico

Direito tributário

## **DIREITO AMBIENTAL**

**TG:** Direito público

**TR:** Direito administrativo

## **DIREITO BANCÁRIO**

**TG:** Direito comercial

**TR:** Direito do consumidor

Direito econômico

## **DIREITO CIVIL**

**TG:** Direito privado

**TE:** Direito adquirido

Direito de família

**TR:** Direito comercial

Direito da criança e do adolescente

Direito do consumidor

Direito do trabalho



## **DIREITO COMERCIAL**

**TG:** Direito privado

**TR:** Código Comercial

Direito civil

Direito do consumidor

Direito do trabalho

Direito econômico

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**TG:** Direito público

**TE:** Direito adquirido

**TR:** Direito eleitoral

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**TR:** Direito civil

Direito de família

Estatuto da Criança e do Adolescente

Direito da infância e juventude

## **DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**USE:** Direito da criança e do adolescente

## **DIREITO DE FAMÍLIA**

**TG:** Direito civil

**TR:** Direito da criança e do adolescente

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

**TG:** Direito privado

**TR:** Direito bancário

Direito civil

Direito comercial

Direito econômico

## **DIREITO DO MENOR**

**USE:** Direito da criança e do adolescente

## **DIREITO DO TRABALHO**

**TG:** Direito privado

**TR:** Direito civil

Direito comercial

Direito processual do trabalho

## **DIREITO ECONÔMICO**

**TG:** Direito público

**TR:** Direito administrativo

Direito bancário

Direito comercial

Direito do consumidor

Direito financeiro

Direito tributário

## **DIREITO ELEITORAL**

**TG:** Direito público

**TE:** Direito penal eleitoral

Legislação eleitoral

**TR:** Direito constitucional

## **DIREITO FINANCEIRO**

**TG:** Direito público

**TR:** Direito administrativo

Direito econômico

Direito tributário

## **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

**TG:** Direito privado

**TR:** Direito internacional público

## **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

**TG:** Direito público

**TE:** Direito penal internacional

**TR:** Direito internacional privado

## **DIREITO PENAL**

**TG:** Direito público

**TE:** Legislação penal

**TR:** Direito penal internacional

Direito processual penal

## **DIREITO PENAL INTERNACIONAL**

**TG:** Direito internacional público

**TR:** Direito penal

## **DIREITO PENAL MILITAR**

**TG:** Direito militar

**TR:** Código Penal Militar

Direito penal

Direito processual penal militar

## **DIREITO PRIVADO**

**TG:** Direito

**TE:** Direito civil

Direito comercial

Direito do consumidor

Direito do trabalho

Direito internacional privado

## **DIREITO PROCESSUAL**

**TG:** Direito público

**TE:** Direito processual civil

Direito processual do trabalho

Direito processual eleitoral

Direito processual penal

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**TG:** Direito processual

**TR:** Direito processual do trabalho

Direito processual penal

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**TG:** Direito processual

**TR:** Direito do trabalho

Direito processual civil

## **DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL**

**TG:** Direito processual

**TR:** Direito eleitoral

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**TG:** Direito processual

**TR:** Direito penal

Direito processual civil

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

**TG:** Direito militar

**TR:** Código de Processo Penal Militar

Direito penal militar

Direito processual

Direito processual civil

Direito processual penal

## **DIREITO PÚBLICO**

**TG:** Direito

**TE:** Direito administrativo

Direito ambiental

Direito constitucional

Direito econômico

Direito eleitoral

Direito financeiro

Direito internacional público

Direito penal

Direito processual

Direito tributário

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**TG:** Direito público

**TR:** Direito administrativo

Direito econômico

Direito financeiro

## **E**

### **EMENDA CONSTITUCIONAL**

**TR:** Constituição Federal

Reforma constitucional

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**NE:** Lei nº 8.069, de 13.7.1990.

**TR:** Código de Menores

Direito da criança e do adolescente

## **L**

### **LEGISLAÇÃO ELEITORAL**

**TG:** Direito eleitoral

**TE:** Código Eleitoral

### **LEGISLAÇÃO PENAL**

**TG:** Direito penal

## **R**

### **REFORMA CONSTITUCIONAL**

**TG:** Constituição

**TR:** Emenda constitucional

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num trabalho como esse há a exigência do conhecimento sobre o domínio a que se propõe representar e organizar. Foi exatamente esta questão que pôde ser considerada como a principal dificuldade, nos exigindo, não apenas o conhecimento diário enquanto funcionário de uma Instituição Jurídica, mas consultar artigos, dicionários, anais e demais materiais que nos subsidiassem a conhecer a Terminologia da área do Direito.

O primeiro ponto a ser considerado foi de que o aprimoramento de etapas de construção de tesouros contribuiu para melhorar a representação temática da informação. Sustentamos esta premissa reconhecendo o trabalho implicado de leitura documentária e identificação de conceitos/termos, e realizar a anotação dos termos numa ficha terminológica construída para este propósito. Adquire-se assim um recurso contendo: termo, contextos de uso, fonte, domínio/área de especialidade, definições, responsável pelo registro e data.

O segundo ponto a ser considerado foi à possibilidade de harmonização dos conceitos para o acesso à informação desejada em áreas especializadas. O modelo metodológico que se propôs apoia esta última premissa por meio da sequência de cinco etapas: 1) orientações gerais para o desenvolvimento do trabalho de construção do tesouro; 2) método de compilação; 3) registro de termos; 4) verificação de termos; e 5) forma de apresentação de um tesouro.

Com isso, através deste estudo foi possível compreender a importância de escolher uma metodologia eficiente na construção de tesouros. Uma ferramenta tão importante na busca e recuperação da informação deve ser elaborada com o máximo de responsabilidade e utilizando-se métodos confiáveis e coerentes, como o método avaliado neste estudo.

A escolha inadequada da metodologia pode resultar em um tesouro com falhas e equívocos conceituais, além de perda de tempo na sua elaboração, sendo desnecessário frisar o quanto isto prejudica um sistema de informação, gerando falta de credibilidade por parte dos usuários, que buscarão de outro serviço, teoricamente mais eficiente.

Embora complexa, a tarefa produz motivação pela busca (e encontro) de soluções, ainda que parciais e temporárias, para problemas existentes numa sociedade em evolução. Nesse caso, trata-se de substituir práticas, em geral, puramente empíricas de construção de linguagens documentárias, especialmente, de tesouros, pelo procedimento da observação orientada por um modelo metodológico que se apresenta como um esforço que tem a finalidade de alcançar melhorias.

O avanço na construção de tesouros, além de aprimoramento de métodos, é também um aperfeiçoamento da pessoa que lida com essa face da CI. Ela adquire uma evolução de natureza cognitiva, obtém nova forma de pensar, passa a sistematizar o seu trabalho, valoriza a observação sistemática apoiada em métodos. E ainda mais importante, percebe o valor de integrar procedimentos.

Enfatizando a responsabilidade do profissional da informação na escolha de uma metodologia adequada para a elaboração de tesouros, o que pode parecer apenas uma decisão operacional, reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados em uma unidade de informação, e, desta forma, como um serviço de informação confiável tende a se perpetuar, aquele que não oferece credibilidade tende a desaparecer.

Assim, conclui-se sugerindo que a proposta do *Tesouro Jurídico* construído à Biblioteca Osias Nacre do TJPB seja de fato adotada como uma medida permanente como meio de ampliar a qualidade de recuperação da informação, e com isso, atender de forma competente as necessidades de informação de seus usuários. Ao realizar tal ação, a biblioteca se firmará e se consolidará como um instrumento de apoio informacional e de tomada de decisão no contexto do TJPB.



## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Enc. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003.

<<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11734>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

CAMPOS, M. L. de A. **Linguagem Documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

CESARINO, M. A. da N. Bibliotecas Especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 218-241, mar. 1978. Disponível em:

<[www.febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/download/477/538+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESieLsC4ye7up-tEB2I3sM4MNYA0vK1X7znQEWfgTehwwRtQnRxtsK\\_uURuaBe06vJZZxfIIN3QnYsmTazwQyrrNhkUH3i\\_-\\_ZxPuNdQBvawWZwxdGv-rbQleJVkmhkwE0A6T3&sig=AHIEtbQmkHsxKSFQV43MPggWUI9cW5bhRA](http://www.febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/download/477/538+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESieLsC4ye7up-tEB2I3sM4MNYA0vK1X7znQEWfgTehwwRtQnRxtsK_uURuaBe06vJZZxfIIN3QnYsmTazwQyrrNhkUH3i_-_ZxPuNdQBvawWZwxdGv-rbQleJVkmhkwE0A6T3&sig=AHIEtbQmkHsxKSFQV43MPggWUI9cW5bhRA)>.

Acesso em: 18 mar. 2013.

CORRÊA, C. C.; WALKER, E. **Apostila de Metodologia Científica**. Juína, MT: Faculdades do Vale do Jurema, 2010.

CUNHA, M. B. da C.; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

CURRÁS, E. **Tesauros, linguagens terminológicas**. Brasília: IBICT, 1995, 286p.

DA SILVA, M. B. **Sistema de indexação**: coordenação. 2013. (Material Didático - apresentação)

\_\_\_\_\_. **Unitermo**: estrutura pós-coordenada. 2012. (Material Didático - apresentação)

\_\_\_\_\_; NEVES, D. A. B. Estudo sobre o uso da teoria da classificação facetada em banco de dados. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, Rio de Janeiro, 25-28 de outubro de 2010. **Anais...** Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/283/165>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

DENCKER, A. F. M.; VIÁ, S. C. **Pesquisa empírica em humanas: com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. da G. **Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia**. [Lisboa]: Circulo de Leitores, 1999.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FRANÇA, F. da S.; DA SILVA, M. B. **Tesouro: estrutura pós-coordenada**. 2012. (Material Didático - apresentação)

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ILANESI, L. A. **Biblioteca**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 2002. 116p.

JESUS, J. B. M. de. **Tesouro: um instrumento de representação do conhecimento em Sistemas de Recuperação da Informação**. Recife, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/68/1/Jesus%2c%20J.-Tesouros....pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

MARCHIORI, P. Z. Ciberteca ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 115-124, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-1.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

OHIRA, M. L. B.; PRADO, N. S. Bibliotecas virtuais e digitais: análise dos artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p.61-74, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a07v31n1.pdf> >. Acesso em: 18 mar. 2013.

OLIVEIRA, D. P. R.. **Planejamento Estratégico**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, J. M. de. **Introdução à Biblioteconomia**. 2004. (Material Didático – Apostila).

PEREIRA, E. C.; BUFREM, L. S. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. **Enc. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 20, 2º sem. 2005.  
<<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8290>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação: linguagens de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 169-186, set. 1985. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=13792](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=13792)>. Acesso em: 17 mar. 2013.

SALES, R. de; CAFÉ, L. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 99-116, jan./abr. 2009.

SAMPIERI, R. H. et al.. Elaboração do marco teórico: revisão de literatura e construção de uma perspectiva teórica. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia da Pesquisa**. 3. ed. São Paulo:MacGraw-Hill, 2006.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p.41-62, 1996. Disponível em: <[portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22](http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22)>. Acesso em: 19 mar. 2013.

SILVA, D. A. da; ARAUJO, I. A. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para a formação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

VIEIRA, S. B. Análise comparativa entre indexação automática e manual da literatura brasileira de ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 1, p. 83-94, jan./jun. 1988. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=17650](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=17650)>. Acesso em: 19 mar. 2013.

UNESCO. **Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri**. [s.n.t]. 1973. 37p. p. 13-17.

WIKIPÉDIA. **Classificação decimal universal**. 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Classifica%C3%A7%C3%A3o\\_decimal\\_de\\_Dewey](http://pt.wikipedia.org/wiki/Classifica%C3%A7%C3%A3o_decimal_de_Dewey)>. Acesso em: 11 fev. 2013.